



Acta Scientiarum. Language and Culture  
ISSN: 1983-4675  
eduem@uem.br  
Universidade Estadual de Maringá  
Brasil

Assmann Saraiva, Juracy Ignez  
Universalização da leitura e valorização da literatura: condição para o desenvolvimento social  
Acta Scientiarum. Language and Culture, vol. 30, n.º 1, 2008, pp. 71-78  
Universidade Estadual de Maringá  
.jpg, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307426639009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

# **Universalização da leitura e valorização da literatura: condição para o desenvolvimento social**

**Juracy Ignez Assmann Saraiva**

*Centro Universitário Feevale, Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação, Assessoria de Pós-graduação, Câmpus II, RS 239, 2755, 93352-000, Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: jias@sinos.net.*

**RESUMO.** Resultados de pesquisas de diferentes órgãos que avaliam o desenvolvimento de nosso país ou que detalham a competência leitora dos brasileiros permitem afirmar que há uma correlação entre aspectos da conjuntura econômico-social e o domínio da leitura. Essa correlação aponta para a necessidade de mudanças que visualizem a educação, alicerçada na leitura e na experiência estética, como o caminho para a humanização dos indivíduos, da qual decorre o verdadeiro desenvolvimento social. Todavia, para que esse objetivo seja alcançado, sendo redesenhada a face da realidade brasileira, é imprescindível que se proceda ao enfrentamento da crise cultural que interfere negativamente na formação de leitores e que é responsável pelo desprestígio do texto literário como espaço de aprendizagem e de conhecimento.

**Palavras-chave:** educação, universalização da leitura, valorização da literatura, desenvolvimento.

**ABSTRACT. Universalizing of reading and valorization of literature: condition for social development.** Results of surveys from different agencies which evaluate the development of our country or which detail the reading competence of Brazilians allow us to say that there is a correlation between aspects of socioeconomic conjuncture and the mastering of reading. This correlation points to the necessity of changes which consider education as based on reading and aesthetic experience as the way for the humanization of the persons from which springs out the true social development. However, in order to achieve this goal, having redefined the face of Brazilian reality, it is indispensable to proceed to face the cultural crisis which interferes negatively in the formation of readers and which is responsible for the disreputability of the literary text as an opportunity of learning and knowledge.

**Key words:** education, universalizing of reading, valorization of literature, development.

Oh! Bendito o que semeia  
Livros... à mão cheia  
E manda o povo pensar!  
O livro caindo n'alma  
É germe - que faz a palma,  
É chuva - que faz o mar.  
Castro Alves

## **Introdução**

A competência leitora dos brasileiros se relaciona com as condições econômicas e sociais do país, e essa correlação explica o sucesso ou o insucesso de ações voltadas para a promoção da leitura. Sob uma perspectiva dialética, é possível afirmar que, por um lado, o brasileiro lê pouco ou mal devido às suas condições gerais de vida; por outro, a falta de leitura é fator determinante do estágio de desenvolvimento humano e social dos brasileiros.

A economia brasileira, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE), cresceu 2,3% em 2005 e 2,9% em 2006. Esses indicadores apontam para uma retração econômica visto que, em termos percentuais, o Brasil não conseguiu ultrapassar a metade da expansão mundial, que registrou um índice de 5,1%, e manteve o segundo menor crescimento da América Latina, equiparando-se ao Paraguai e ficando apenas à frente do Haiti, país destruído por uma guerra civil. Paralelamente, a violência, que se expõe como uma chaga social, aproxima o Brasil do Haiti e revela um estado de guerra civil que, todavia, se mascara sob uma aparente normalidade.

Casas cercadas com grades e protegidas por

alarmes; o medo inscrito no olhar de transeuntes; professores agredidos por alunos; seqüestros, assaltos, mortes decorrentes de latrocínios ou da imprudência no trânsito; a guerra do tráfico; as invasões de propriedades e a destruição de laboratórios de pesquisa; roubo de carros e, até mesmo, o roubo de calçados de crianças e adolescentes demonstram o grau de insegurança que fere o cotidiano dos brasileiros<sup>1</sup>. Duramente retratada no documentário *Falcão, os meninos do tráfico*<sup>2</sup> e levada ao paroxismo pelo dilaceramento do corpo de um menino sendo arrastado pelas ruas do Rio de Janeiro, a violência dispensa indicadores, mas, exatamente pela dimensão alcançada, exige ações, ao mesmo tempo em que testemunha a alienação dos cidadãos e a inoperância dos órgãos públicos.

Como se não bastasse os baixos índices de desenvolvimento e a sensação de insegurança gerada pela violência, o brasileiro se ressente da falta de confiança nos poderes constituídos. A corrupção consome, segundo Marcos Fernandes, professor de economia da Fundação Getúlio Vargas, quase R\$ 10 bilhões por ano do Produto Interno Bruto brasileiro (PIB) o que equivale à quase a metade dos investimentos previstos no orçamento federal de 2007, representando R\$ 24,5 bilhões (Arruda, 2008). Com o valor subtraído anualmente de cofres públicos municipais, estaduais e federais, poderiam ser construídas casas, escolas, bibliotecas, hospitais; professores poderiam ser mais bem pagos e melhorar sua qualificação como profissionais; “livros à mão cheia”, como diria Castro Alves (Alves, 1986), poderiam ser distribuídos para oferecer, não só melhores condições de vida a milhões de brasileiros, mas também para desenvolver seu senso crítico.

A desonestade e a falta de respeito pela coisa pública tornam-se ainda mais acintosas quando se verifica o peso dos impostos na economia do país, pois as condições sócio-econômicas desfavoráveis da população brasileira não a eximem de contribuir, compulsoriamente, com uma das mais altas taxas tributárias do mundo. Segundo estudo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), o volume de impostos, taxas e contribuições pagas no ano passado correspondeu a 37,85% de todas as riquezas produzidas pelo país. Alimentos, vestuários, remédios, serviços básicos, como

transporte, energia, comunicações, trazem em seu preço os custos de uma máquina pública ineficiente, sendo onerados, ainda, pelo preço da desonestidade.

### Material e métodos

O presente artigo embasa-se nos resultados de pesquisa e em provas de avaliação de diferentes órgãos, os quais fornecem elementos para a análise e as subsequentes conclusões.

Os indicadores de competência de leitura, levantados pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) em 2005, estabelecem uma correspondência com os baixos índices de desenvolvimento do Brasil: 7% da população brasileira é analfabeto; 30% dos brasileiros lêem títulos e frases, reconhecem uma informação bem explícita e têm dificuldades de se expressar por meio da escrita sendo, portanto, analfabetos funcionais; 37% têm uma habilidade básica de leitura, sendo capazes de ler textos curtos e de localizar informações explícitas; apenas 26% dos brasileiros efetivamente compreendem o que lêem, são capazes de relacionar e comparar informações e de situar-se criticamente diante do texto lido.

O retrato nada alentador que o IBOPE oferece, quando expõe a competência de leitura da sociedade brasileira, já fora traçado pelos indicadores do Programa Internacional de Avaliação do Estudante (PISA), do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Os resultados do PISA, publicados em 2003, auferidos pelos estudantes na faixa de 15 anos que participaram dessa prova da Unesco que analisa a capacidade de compreensão de textos, situaram o Brasil na 37ª posição entre os 41 países participantes. A colocação do Brasil, que ficou à frente da Macedônia, da Albânia, da Indonésia e do Peru, mostra que o desafio de disseminar habilidades de leitura se efetiva pela qualidade da leitura e não pelo domínio do código escrito, já que todos os participantes da prova estavam aptos a ler. Os resultados do PISA de 2006 demonstram que houve um decréscimo na competência leitora dos jovens brasileiros, que situaram o Brasil na 48ª posição entre os 56 países participantes, ficando à frente apenas de Montenegro, Colômbia, Tunísia, Argentina, Azerbaijão, Catar e Quirguistão<sup>3</sup>.

Também a avaliação do Saeb, aplicada para acompanhar a qualidade da educação pela mensuração do conhecimento e das habilidades e competências que deveriam ter sido adquiridas pelos

<sup>1</sup> O “Mapa da Violência 2006 - Os jovens do Brasil”, divulgado em 16/11/06 pela Organização dos Estados Ibero-Americanos, mostra que o número de homicídios no Brasil atinge 51 jovens em cada grupo de 100 mil, índice em que o Brasil só é superado pela Venezuela e pela Colômbia.

<sup>2</sup> O documentário *Meninos do tráfico* foi produzido entre os anos de 1998 e 2006 pelo rapper MV Bill e pelo produtor de *hip-hop* Celso Athayde. O universo de meninos que trabalham no tráfico de drogas em diversas partes do país é retratado por meio de imagens e depoimentos.

<sup>3</sup> Os dados do PISA 2006 estão disponíveis em *The Programme for International Student Assessment*, em [http://www.oecd.org/document/2/0,3343,en\\_2825\\_293564\\_39718850\\_1\\_1\\_1\\_1,00.html](http://www.oecd.org/document/2/0,3343,en_2825_293564_39718850_1_1_1_1,00.html).

alunos ao final do Ensino Fundamental, denuncia a ineeficácia da ação pedagógica voltada para o domínio da leitura. Em 2003, apenas 10,29% dos aproximadamente 300 mil estudantes brasileiros que se submeteram aos testes de Língua Portuguesa mostraram uma habilidade de leitura adequada à 8<sup>a</sup> série. Os indicadores da prova aplicada em 2005, apesar de não serem apresentados em percentuais, reafirmam a baixa proficiência dos alunos do Ensino Fundamental em língua portuguesa, tendo em vista que, em uma escala de 0 a 500, os estudantes de 4<sup>a</sup> série alcançaram uma média de 172,3, os de 8<sup>a</sup> série 231,9, índices que não atingem 50% de acertos da prova.

Por sua vez, os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)<sup>4</sup> também confirmam a distância entre o objetivo da escola – formar leitores críticos, aptos a migrarem da simples decodificação do código para a compreensão do mundo – e sua concretização. Os jovens brasileiros concluem o Ensino Médio sem o domínio pleno da escrita e das questões gramaticais, apresentando dificuldades na compreensão, interpretação e redação de textos escritos, o que inviabiliza sua competência em outras áreas do conhecimento.

Os resultados da pesquisa dos diferentes órgãos não só determinam numericamente a competência leitora dos brasileiros, mas também traduzem aspectos conjunturais, demonstrando que há uma correlação entre o domínio da leitura e as condições econômico-sociais: nosso país é pobre, atrasado e violento porque a maioria de sua população não tem acesso ao conhecimento, à cultura, à imersão no sonho e na fantasia, caminhos que são abertos pelos livros de literatura e que conduzem à realização pessoal e coletiva. Essa não se concretiza, portanto, a partir do domínio meramente cognitivo do ato da leitura, orientado para as vantagens materiais e sociais da competência leitora, mas da leitura de obras que ensinam a viver a vida mais plenamente e a levar a sério o compromisso, que cada indivíduo deve assumir, de fazer parte da humanidade.

## Resultados

Iniciativas recentes permitem delinear o esboço de novo retrato da leitura a partir do atual quadro referente a essa prática cultural. O otimismo apóia-se no balanço das ações do Ano Ibero-Americano do Livro e da Leitura, na Lei da Desoneração do Livro e

<sup>4</sup> Os resultados do ENEM, aplicado em 2006, que representam o desempenho de 2,7 milhões de participantes, demonstram que eles atingiram, na prova objetiva, a média 36,90 e, na redação 52,08. Esse baixo índice de competência lingüística repete o ocorrido em 2004 e em 2005, quando as médias da prova objetiva ficaram em 45,58 e 39,41 e as médias da redação em 48,95 e 55,96, respectivamente.

na formulação da Política Nacional do Livro e da Leitura (PNLL).

As ações deflagradas pelo *Viva Leitura*, nome dado no Brasil ao Ano Ibero-Americano da Leitura, vieram reafirmar o consenso de que o domínio da leitura é fundamental para a inserção do sujeito na sociedade. Nesse movimento, o Ministério da Cultura e o da Educação integraram-se à Unesco para identificar ações de promoção da leitura e dali-lhes visibilidade ao mesmo tempo em que definiram os seguintes objetivos como preponderantes: o fortalecimento da rede de acesso ao livro, o fomento à leitura, a formação de mediadores para sua disseminação, o tratamento da leitura como uma questão de política pública e de Estado e o apoio ao setor industrial e ao da circulação de livros.

Embora seja inegável a contribuição que o *Viva Leitura* trouxe para estimular a valorização do livro e da leitura e para evidenciar o número infundado de ações desenvolvidas pelo País afora com esse fim, os reflexos mais imediatos das ações governamentais incidem sobre o setor de comercialização do livro. O mercado editorial brasileiro que ocupa o 8º lugar no mercado editorial mundial, graças ao grande volume de obras adquiridas por órgãos públicos, previu, em 2005, um crescimento de 48% em comparação ao valor investido em 2004. Essa expectativa tem por base o incentivo do Governo Federal que acudiu o setor em sua crise financeira, instituindo a lei que isenta a produção, a comercialização e a importação de livros das taxas relativas ao PIS, Cofins e Pasep<sup>5</sup>. Com a desoneração, o governo declara buscar a democratização do livro pela redução gradativa de seu preço, enquanto o mercado editorial, para compensar a ausência dessas taxas, dispõe-se a contribuir com 1% sobre a venda de livros para constituir o Fundo Pró-Leitura. O fundo deverá ter um orçamento de cerca de R\$ 45 milhões e será gerido pelo governo e pela sociedade para desenvolver ações de incentivo à leitura.

Complementando as ações do Ano Ibero-Americano da Leitura, está sendo implementado o Plano Nacional do Livro e Leitura, relativo ao triênio 2006-2008. O PNLL, foi instituído para atender às finalidades da Lei 10.753, de 30 de outubro de 2003, que criou a Política

<sup>5</sup> Segundo informações da Abrelivros (Associação Brasileira de Editores de Livros), balanços divulgados pelas editoras FTD, Saraiva e Atlas comprovam que o ano de 2005 trouxe lucro e crescimento para seus negócios, graças à aplicação da Lei 11.033, sancionada em dezembro de 2004. A FTD, que edita livros didáticos, teve alta de 87,4%; a Saraiva, que trabalha com didáticos e técnico-científicos, alcançou um aumento de 120%; a Editora Atlas, que publica títulos técnico-científicos, conseguiu reverter seus prejuízos, em 2004, para um lucro de R\$ 1.700.000,00. Entretanto, o consumidor final ainda não foi beneficiado com preços menores, conforme comprova estudo feito por Francisco Anuatti Neto, professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (Fepair/USP), visto que apenas 1,5%, de um universo de 88,9 mil títulos, teve o preço final reduzido em 2005, enquanto 57,3% desse total não apresentaram variação de preço e o restante ficou mais caro (Bispo, 2006).

Nacional do Livro, tem caráter permanente e seu planejamento é trienal. Constituído por projetos, programas e ações deflagradas por órgãos públicos — da administração federal, estadual e municipal —, por entidades privadas e por organizações do terceiro setor, o Plano centra-se em quatro eixos: a democratização do acesso, o fomento à leitura e à formação de leitores, a valorização da leitura e a comunicação e apoio à economia do livro. A iniciativa pretende transformar a questão da leitura em política de Estado, de modo que as metas orientadas para a promoção da leitura transcendam o planejamento de governos, para se constituírem em um objetivo nacional.

Como se constata, a agenda que trata da questão da leitura no Brasil tem recebido especial destaque, contribuindo para a construção de um ambiente favorável à disseminação dessa prática social. Todavia, mudanças quanto ao domínio efetivo do código escrito não decorrem de atos legais, mas exigem uma transformação sócio-cultural que não se processa de forma imediata e está vinculada a mudanças conjunturais. Isso permite afirmar que um retrato mais positivo da leitura se instalará quando a aprendizagem for o caminho para que os indivíduos alcancem o sucesso; quando o conhecimento for a meta dos programas escolares em qualquer um de seus níveis; quando a ética for o norte das condutas individuais e coletivas; quando os professores estiverem aptos a desenvolver a leitura como processo de inserção dos indivíduos na malha social e quando a arte e a literatura em particular forem percebidas como espaço de fruição e de harmonização de conflitos humanos.

## Discussão

A universalização da leitura e da escrita e a valorização da literatura como condição para o desenvolvimento social fazem parte de um problema abrangente e complexo que exige que se considerem o conceito de educação e a função social que lhe é atribuída, bem como as políticas públicas que para ela se orientam; comportamentos individuais que instituem padrões coletivos em face da leitura e um diagnóstico da prática escolar no que tange ao ensino da literatura para, finalmente, tentar responder à pergunta, que parafraseia palavras de Umberto Eco (Eco, 1994): haverá ainda lugar para a função consoladora dos jogos da arte, através dos quais o homem dá sentido à infinidade de coisas que aconteceram, estão acontecendo e irão acontecer, em um mundo dominado pela massificação das mensagens, pela urgência e pela técnica? Que lugar poderá ocupar a literatura, que expõe as permanentes e universais facetas do humano, na formação do

sujeito em um mundo marcado pela transitividade e pela diluição dos valores e pela predominância dos instrumentos e da técnica?

A educação deve ser um instrumento efetivo de desenvolvimento, de combate à pobreza, de eliminação das desigualdades sociais e de valorização do indivíduo. Entretanto, se a aceitação desse princípio parece ser inquestionável, os rumos que deveriam implementá-lo estão ainda distantes de sua concretização, conforme atestam dados de recentes pesquisas. Menos de 8,0% da população da faixa etária entre 25 e 64 anos possui curso superior no Brasil, enquanto a evasão, nesse nível de ensino é superior a 49,0%, e, segundo levantamento realizado pelo Instituto Paulo Montenegro, um terço dos brasileiros considera a educação básica pública ruim ou péssima, o que demonstra que o poder público não tem investido de modo eficaz em um setor decisivo para a promoção individual e coletiva. Apesar disso, a educação ocupa o sétimo lugar entre as áreas consideradas mais problemáticas pelos entrevistados, fato que demonstra que, para a população brasileira, inexiste uma correlação entre a saúde, a falta de oportunidades de trabalho, a miserabilidade, a corrupção, a insegurança e as deficiências do sistema educacional<sup>6</sup>. Todavia, confirmando a necessidade da melhoria da educação, o Relatório do Índice de Desenvolvimento Humano de 2006 indica que as conquistas em termos de qualidade de vida da população brasileira, verificadas entre o ano de 2003 e 2004, não foram expressivas diante das alcançadas por outros países, provocando o recuo do Brasil no ranking mundial de desenvolvimento humano, devido às suas deficiências na educação.

Paralelamente, constata-se que a orientação das políticas públicas, expressa pelos órgãos de fomento que determinam prioridades para a investigação científica, insiste no desenvolvimento e implementação de tecnologias, em detrimento da educação e, mais especificamente, da área de Letras. A afirmação sustenta-se na análise dos recursos destinados pelo CNPQ entre 2003 e 2005 e dos editais lançados em 2006 por diferentes órgãos de fomento. Os investimentos do CNPq em bolsas e na promoção da pesquisa, destinados às grandes áreas — Ciências da Natureza, Ciências da Vida e Humanidades —, somaram, nesses três anos, R\$ 2.033.857,00, cabendo à primeira grande área 39%, à segunda 41% e à terceira 20% desse montante. Como a grande área das Ciências da

<sup>6</sup> Entre as 2002 pessoas entrevistadas, entre os dias 19 e 24 de julho de 2006, 43% apontam a saúde como a área mais problemática; 41%, a falta de empregos; 31%, a fome e a miséria; 31%, a segurança pública; 27%, a corrupção; 24%, as drogas; 15%, a educação.

Natureza engloba duas áreas, a saber, Ciências Exatas e da Terra e Engenharias e Computação, fica evidente a primazia que lhe é atribuída, particularmente quando se verifica que a grande área das Humanidades reúne três áreas, cabendo às Ciências Humanas 11%, às Ciências Sociais Aplicadas 5,3% e à área de Lingüística Letras e Artes 3% dos recursos investidos<sup>7</sup>. A constatação da precariedade dos investimentos nas Humanidades é reforçada pelo cômputo de editais lançados pelo Ministério de Ciência e Tecnologia: entre 76 editais lançados em 2006, apenas quatro (04), “Pesquisa em Ciências Sociais,” “Cooperação em matéria de Ciências Sociais para a comunidade dos países de Língua Portuguesa,” “Programa Escola Aberta” e “Jogos eletrônicos educacionais”, orientaram-se para uma das áreas das Humanidades, cujos pesquisadores puderam concorrer, ainda, ao “Edital Universal.” Considerando que o “Observatório da Educação” e o edital voltado para os museus e o ensino informal das ciências, que também pode ser incluído na Educação, sete (07) editais foram destinados a grande área das Humanidades, enquanto sessenta e nove (69) privilegiaram as Ciências da Natureza e as Ciências da Vida. O descaso com a área das Ciências Humanas se acentua em relação à da Lingüística Letras e Artes, que não teve nenhum edital específico no ano de 2006<sup>8</sup>.

Ainda que se reconheça a importância da tecnologia e da inovação, bem como a premente necessidade de avanços no âmbito dos estudos voltados para a promoção e a preservação da vida e da natureza, é imprescindível que as políticas de desenvolvimento científico e tecnológico visem não só à disseminação das conquistas dessas ciências, mas também à instalação de um posicionamento crítico em face delas. Disso se depreende que os próprios investimentos em pesquisa devam ser reorientados, para que a educação possa ser um real fator de desenvolvimento e para que a grande área das Humanidades e, em especial, a área de Lingüística, Letras e Artes venham a contribuir para o aperfeiçoamento social e cultural dos indivíduos.

A inexpressiva posição da área de Letras nos investimentos para a investigação científica coaduna-se com a mobilização social em torno da leitura, visto que essa parece dar maior destaque ao livro como produto comercializável do que à experiência

<sup>7</sup> Dados fornecidos pelo CNPq em seu site sob o tópico “Estatísticas”, que é acessado pelo seguinte endereço eletrônico: <http://www.cnpq.br/estatisticas/index.htm>.

<sup>8</sup> As constatações têm por base os editais de 2006, tendo sido desconsiderados os que abrangem o apoio à consolidação de cursos ou de programas de Pós-Graduação, à publicação de periódicos, à participação em eventos científicos e à sua organização, à vinda de pesquisador-visitante, bem como os que normatizam os intercâmbios com outros países de que o Capes/Cofecub é exemplo.

do ato de ler e à formação contínua e progressiva do leitor, ainda que o PNLL inclua esse último eixo em sua proposta. Tanto os rumos dados à Pesquisa pelos órgãos de fomento quanto a ênfase mercadológica na divulgação do livro trazem implícita a idéia de que a solução para os problemas conjunturais do país deve alicerçar-se no sucesso econômico, a ser alcançado pelo incremento da produção e da competitividade. Essa concepção ignora que a riqueza de um país não resulta, como em um passe de mágica, dos investimentos tecnológicos. Tanto a tecnologia quanto a produtividade e a competitividade dela decorrentes dependem da ênfase na educação, que deve visar à qualificação dos indivíduos para que se tornem não só mecanicamente eficientes, como se fizessem parte de uma esteira de produção industrial, mas também para que se mostrem mais humanos.

Essa perspectiva, aparentemente utópica, não desconhece a realidade do mundo contemporâneo e a lógica que a impulsiona: a busca ilimitada do domínio de novas tecnologias. As comunicações via satélite que conectam computadores e permitem a troca de textos, sons e imagens em tempo real; a introdução de chips em embalagens dos produtos, em livros, roupas e documentos, em cartões de crédito e sob a pele dos indivíduos, os quais se comunicam com sensores fornecendo informações contínuas, são apenas alguns exemplos de que a tecnologia administra o tempo presente e a intrincada rede das relações de produção. A tecnologia institui a chamada sociedade do conhecimento sobre a qual se alicerçam o poder político e o econômico, fatores que contribuem para o desenvolvimento social.

A educação de um país não pode, pois, ignorar o enfrentamento dessa realidade complexa e desafiadora, porque, para operar sistemas tecnológicos e a eles se integrar, a sociedade precisa assimilar seus alicerces conceituais e processuais. Em função disso, o domínio tecnológico se tornou fator decisivo para a ascensão de indivíduos e de grupos sociais, e, embora continue a ser o divisor entre nações desenvolvidas ou subdesenvolvidas, ele pode ser aprendido e compartilhado. Portanto, cabe aos investimentos em educação alicerçar o poder político e econômico, decorrente da transformação e da inovação tecnológica, de que emergem novos produtos e serviços. Todavia, a ênfase na inteligência e na criatividade humana precisa ser complementada pela formação dos indivíduos para que a educação preencha a função que sua etimologia latina sabiamente explicita<sup>9</sup>: a de levar ou conduzir o

<sup>9</sup> Segundo o *Dicionário Morfológico da Língua Portuguesa* (Heckler et al., 1988), em suas origens, o termo *educação* traduz as noções de conduzir e de liderar, as

indivíduo ao aprimoramento de sua capacidade física, intelectual e moral, para que ele possa assumir uma função de liderança na malha social.

Sob tal prisma, advoga-se uma revisão das bases conceituais da educação, de modo a alcançar a promoção do ser humano – de que decorre o verdadeiro desenvolvimento social – e que tem como alicerce, não apenas a informação, mas também o conhecimento ontológico. Nele se inclui a reflexão sobre a ética e a moral de que decorre o discernimento que, por sua vez, permite distinguir a ciência do engodo; um benefício legítimo da usurpação de direitos; a aplicação da justiça da manipulação da lei; a luta pelo acesso aos bens de consumo de um crime; a verdade da hipocrisia e a bondade da maldade. Essa concepção de desenvolvimento que se preocupa com o que é essencial ao homem não lhe impõe os mitos do poder econômico e da tecnologia, mas busca reconhecer suas angústias, ofertando-lhe a possibilidade de usufruir a função consoladora da arte de que fala Umberto Eco. Ela promove a verdadeira inserção social, dando primazia a uma educação humanizadora e, nessa, à formação de leitores críticos e capazes de apreender e de produzir textos estéticos, estabelecendo-se entre a qualidade da educação e a competência da leitura a mesma relação dialética que existe entre essa e o desenvolvimento humano e social.

A superação dos entraves para instituir uma educação humanizadora conjuga-se, pois, à alteração dos índices relativos ao desempenho da leitura dos brasileiros, o qual necessita ser visualizado a partir de uma perspectiva plural, para que os problemas, geradores da falta de competência leitora, possam ser enfocados. Assim, embora a crise da leitura possa ser vinculada a fatores de natureza econômica — o que se comprova pelo baixo investimento em livros, cuja aquisição é proibitiva para os brasileiros<sup>10</sup> —, ela não se resolve sem que ocorram mudanças conjunturais, já que a principal causa do desapreço pelo livro se origina em uma crise da cultura. Ela se manifesta em padrões sociais de comportamento, na valorização excessiva da tecnologia da informação, em métodos pedagógicos obsoletos, na ênfase no valor mercadológico do livro. Esses fatores têm influenciado a deterioração da relação leitor-texto verbal, contribuindo para cercear a inventividade e o

quais estão presentes, no termo latino *ducere*, que significa levar ou conduzir e no termo indo-europeu *duk*, cuja variação é *deuk*, que quer dizer liderar. Os significados de puxar, liderar, educar também estão presentes nos termos *uduk* do albanês, *heretoga* do inglês antigo e *Herzog* e *ziehen* do alemão.

<sup>10</sup> O 5º Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF), publicado em 08 de setembro de 2005 registra que apenas 33% dos 2002 entrevistados têm até 10 livros em casa; 45% de 11 a 50 livros; apenas 21% possuem mais de 50 livros. O INAF, desenvolvido pelo Instituto Paulo Montenegro, visa diagnosticar as habilidades e práticas de leitura e escrita da população jovem e adulta brasileira.

posicionamento crítico de crianças e de jovens e para instituir uma coletividade sem compromisso com o seu país e com o bem-estar individual e coletivo.

Com efeito, para colorir o retrato da leitura, em cuja imagem se desenha a face humana da sociedade brasileira, faz-se necessário alterar aspectos de natureza político-cultural que interferem negativamente na formação de leitores e são responsáveis pelo desprestígio do texto literário como espaço de aprendizagem e de conhecimento. O primeiro deles refere-se à desvalorização dos professores do Ensino Fundamental e Médio das redes públicas que, com raras exceções, são malremunerados, situação que conta com a complacência da sociedade que não se rebela diante da penúria dos mestres de seus filhos, enquanto aceita que a classe política consuma recursos públicos incalculáveis. Para se manter, muitos professores lecionam em vários turnos e escolas e não dispõem de recursos para comprar seus próprios livros, lendo raramente ou postergando suas leituras para o período de férias. Poucas são as administrações que investem na capacitação de seus professores, para que, como leitores competentes, saibam explorar a riqueza dos textos literários e deles migrar para a compreensão da vida. A leitura rarefeita dos docentes encontra paralelo em uma prática pedagógica rotineira da qual a imaginação foi suprimida e em que a produção textual é vista como uma espécie de castigo tanto pelos alunos quanto pelos professores. Em um meio hostil à palavra escrita, tampouco germinam experiências de interação do texto verbal com textos de outras linguagens, instalando-se a percepção de que o estudo da língua está isolado do contexto comunicativo, ainda que ela seja o veículo de contato com o meio digital e eletrônico.

O desprestígio da leitura e, em especial, do texto literário como espaço de aprendizagem e de conhecimento pode ser explicado, igualmente, pela deficiência no domínio da leitura, visto que a incapacidade de alcançar a significação, de estabelecer relações intra e extra-textuais e de produzir um novo texto por meio da imaginação afasta o leitor do ato de ler. A operação eminentementeativa da leitura exige uma competência que, quando não efetivada, provoca a reação negativa do sujeito: por lerem mal, a maioria das pessoas é incapaz de estabelecer uma interação com o texto escrito, razão por que elas detestam ler. Conseqüentemente, faz-se necessária a revisão dos procedimentos do ensino e da aprendizagem da leitura para que os indivíduos transponham os limites do domínio do código verbal e transformem a leitura do texto em um processo de produção de sentidos.

Em um movimento circular, o objetivo da instalação de uma competência leitora se concretiza, pois, pela implementação de programas de leitura que se sustentam em fundamentos teóricos e metodológicos adequados e que, em decorrência disso, estabelecem um compromisso com a realidade dos alunos envolvidos no processo. Muitas iniciativas voltadas para a formação de leitores fracassam porque seus responsáveis desconhecem a peculiaridade dos receptores no momento em que definem a seleção do material de leitura e porque ignoram a capacidade que os textos literários oferecem ao sujeito de migrar da compreensão do espaço da textualidade para o da vida. Portanto, para efetivar-se, a proposição de programas de leitura deve reconhecer uma premissa fundamental: o ato de recepção do texto literário é um fenômeno de comunicação que se realiza ao integrar o texto, o leitor e o mundo. “Ele exige a participação ativa do leitor que deve transitar dos princípios constitutivos próprios do texto para o contexto extra-literário; do mundo da significação textual, para o sentido do mundo; da leitura crítica para a avaliação estética do texto” (Saraiva e Mügge, 2006, p. 36).

Dessa forma, o esforço despendido pelo ato de ler será recompensado tanto pela amplitude da compreensão que o leitor instala a respeito de si mesmo e do outro, quanto pelo prazer que ele experimenta ao apropriar-se das potencialidades da linguagem. A importância da participação ativa do leitor desnuda o equívoco de que a leitura é um prazer que se dá gratuitamente e reafirma a idéia de que a apreensão do texto é um trabalho ou uma atividade sistemática que parte do nível da expressão lingüística e da concepção estrutural do texto, para evidenciar os elementos que ferem a percepção imagética do leitor e a ele possibilitam instituir a significação textual.

A valorização atribuída à leitura pela escola por meio da ação de seus docentes permite que ela se transforme em um espaço de reflexão crítica capaz de cercar o avanço massificador dos meios de comunicação que geram novas formas de captar a realidade, mas, que, freqüentemente, estimulam a passividade e a acomodação dos indivíduos. Presos às imagens e a informações verbais que as reproduzem, os prisioneiros dos recursos audiovisuais concebem os textos escritos como algo marginal em sua vida.

A onipresença dos meios de comunicação audiovisuais, associada à ausência de leitura por parte dos adultos, instala uma geração de ouvintes e de espectadores cujas imagens mentais não são enriquecidas pelas sugestões dos textos literários. O

aprisionamento à linguagem televisiva, que conjuga a informação a uma imagem correlata, tem gerado indivíduos que dominam o código escrito, mas incapazes de entender o que lêem, já que sua habilidade de compreensão se restringe à apreensão da linguagem oral<sup>11</sup>. Se pais e professores preferem postar-se à frente dos aparelhos de TV e se excluem a prática da leitura de seu cotidiano, que modelos crianças e jovens terão para se transformar em leitores?

A adesão à leitura como prática cotidiana depende também do reconhecimento de que o livro é um produto em circulação, cujas estratégias de difusão e comercialização não se atrelam necessariamente à sua qualidade estética. Nesse sentido, a capacidade de avaliação crítica, de que decorre a isenção diante dos apelos do mercado e, simultaneamente, a abertura para propostas inovadoras, é uma das competências exigidas dos educadores que legitimam obras, indicando sua leitura. Se maus livros interferem negativamente na formação de um público consumidor, a defesa intransigente de obras e de gêneros canônicos e a incapacidade de acolher práticas de escrita que rompem com modelos pré-concebidos também contribuem para a exclusão da leitura do âmbito das opções de lazer e de entretenimento da maior parte da população brasileira.

## Conclusão

Em face do exposto, conclui-se que as ações que instalam uma cultura de valorização do livro, da leitura e da literatura, isto é, de uma educação eminentemente formadora, capaz de promover o desenvolvimento humano, não dependem somente de recursos financeiros. Embora sejam fundamentais — sobretudo no que se refere ao salário do professor e à sua capacitação, à instalação e à atualização de bibliotecas, à aquisição de diversificados meios (estando incluídos aí os eletrônicos) que possibilitam a aproximação da linguagem verbal de outras linguagens —, os investimentos financeiros dissociados de uma mudança de mentalidade são ineficazes. Essa mudança, cuja natureza é cultural, depende de políticas públicas, do empenho dos gestores da educação e dos professores, da ênfase dada aos padrões sociais de comportamento pelos veículos de comunicação, de iniciativas das classes

<sup>11</sup> O psicólogo Carlos Perktold, membro do Círculo Psicanalítico de Minas Gerais, identificou um fenômeno intelectual a que denominou “síntoma William Moreira”. Segundo o psicólogo, os indivíduos portadores do síntoma, embora sejam escolarizados, são incapazes de depreender a significação de textos escritos, ainda que consigam alcançá-la em sua expressão oral. O nome do síntoma provém do cruzamento dos nomes de dois conhecidos apresentadores de televisão, William Bonner e Cid Moreira, para significar a submissão do texto escrito ao recurso visual, principalmente, à imagem da televisão. Para ler, na íntegra, a entrevista cedida pelo psicólogo à revista *Carta Capital*, acessar o site [http://www.fisica.ufsc.br/~lalceu/\\_e\\_a\\_d/sindrome\\_w\\_m.html](http://www.fisica.ufsc.br/~lalceu/_e_a_d/sindrome_w_m.html).

empresariais e pressupõe o comprometimento da comunidade como um todo.

Esse esforço coletivo poderá dar novos tons e cores ao retrato da realidade brasileira, e os resultados dele decorrentes serão correlatos à sua dimensão, porque gerações de leitores bem capacitados modificam a dimensão social de localidades e interferem nos destinos de um país. Em tempos tão competitivos quanto cruéis, em que produtividade da economia depende da competência dos cidadãos e em que a revitalização das relações humanas depende da extirpação da barbárie, o investimento em educação e a adesão à arte tornam-se fundamentais. Por seu intermédio, efetiva-se o desafio que os versos de Castro Alves, transpostos na epígrafe, traduzem: como metáfora de um processo educativo, os livros constituem o emblema de um processo de transformação. São eles que, como um germe, fecundam o espírito humano dando-lhe o viço, a retidão e a força e das palmas, símbolo da vitória do saber sobre a ignorância; são eles que integram os homens uns aos outros, mobilizando-os para uma vida mais plena, assim como a chuva que, somada aos rios, fontes e riachos, simboliza a energia vitalizadora do mar. Sob essa perspectiva, a universalização da leitura e a valorização da literatura são o arcabouço de um movimento de transformação apto a sustentar o real desenvolvimento humano de que nosso país necessita.

## Referências

- ALVES, C. O Livro e a América. In: ALVES, C. (Ed.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986.
- ARRUDA, R. *Corrupção brasileira consome R\$ 10 bilhões por ano da economia do país*. Disponível em: <[http://www.cofecon.org.br/index2.php?option=com\\_content&do\\_pdf=1&id=247](http://www.cofecon.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=247)>. Acesso em: 02 jan. 2008.
- BISPO, T. *Editoras aumentam lucro em 2005*. Disponível em: <<http://www.abrelivros.org.br/abrelivros/texto.asp?id=1668&Texto>>. Acesso em: 03 maio 2006.
- CNPQ-Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Estatísticas. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/estatisticas/index.htm>>. Acesso em: 28 fev. 2007.
- ECO, U. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- HECKLER, E. et al. *Dicionário Morfológico da Língua Portuguesa*. São Leopoldo: Unisinos, 1988.
- PERKTOLD, C. Assisto, logo existo. *Carta Capital*. Disponível em: <[http://www.fisica.ufsc.br/~lalceu/\\_e\\_a\\_d/sindrome\\_w\\_m.html](http://www.fisica.ufsc.br/~lalceu/_e_a_d/sindrome_w_m.html)>. Acesso em: 28 fev. 2007.
- SARAIVA, J.A.; MÜGGE, E. *Literatura na escola: propostas para o ensino fundamental*. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- The Programme for International Student Assessment*. Disponível em: <[http://www.oecd.org/document/2/0,3343,en\\_2825\\_293564\\_39718850\\_1\\_1\\_1\\_1,00.html](http://www.oecd.org/document/2/0,3343,en_2825_293564_39718850_1_1_1_1,00.html)>. Acesso em: 2 jan. 2008.

Received 22 February, 2008.

Accepted 24 June, 2008.